



Divulgações Contábeis 2016

Um estudo sobre as políticas contábeis críticas, medições não contábeis e as modificações no relatório do auditor independente

www.kpmg.com.br



Sumário

Sobre o estudo	4
Sumário Executivo	5
RESULTADOS - Medições não contábeis	6
Políticas contábeis críticas	10
Análise dos relatórios dos auditores independentes	19





Sobre o Estudo

É com grande satisfação que apresentamos a segunda edição do estudo sobre certos aspectos contábeis e informações financeiras divulgadas no Formulário de Referência (FR) do ano-base de 2015. O estudo foi realizado com base na leitura dos FRs de 236 companhias (235 em 2015) segregadas por setores de atuação, de acordo com a classificação indicada no site da BM&FBOVESPA.

Os temas abordados em nosso estudo foram:

- Medições não contábeis (item 3.2 do FR).
- Políticas contábeis críticas (item 10.5 do FR).
- Relatório do auditor independente.

Setor	2015		2016	
	Número de companhias analisadas	Receita líquida Total (R\$ milhões)	Número de companhias analisadas	Receita líquida Total (R\$ milhões)
Tecnologia da Informação	8	6.444	8	5.532
Bens Industriais	20	43.334	22	59.271
Construção e Transporte	36	74.442	36	70.239
Telecomunicações	3	82.745	3	84.779
Consumo Cíclico	43	128.836	44	143.865
Utilidade Pública	27	168.690	26	189.588
Materiais Básicos	21	288.530	20	293.572
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	3	338.250	3	322.387
Consumo Não Cíclico	32	370.299	31	428.913
Financeiro e Outros	42	1.020.451	43	670.398
TOTAL	235	2.522.021	236	2.268.545

A soma das receitas líquidas das companhias no escopo de 2016 totalizou R\$ 2.268,5 bilhões, apresentando uma redução quando comparado ao ano anterior, de R\$ 2.522,0 bilhões.

O setor que apresentou a maior redução nas receitas foi o "Financeiro e Outros", que havia reportado receitas totais de R\$ 1.020,4 bilhões em 2015. Embora tenha apresentado redução, esse setor continua sendo o mais significativo em termos de receita, representando 30% (40% em 2015) do total das receitas computadas em nosso estudo.

Por outro lado, o setor que apresentou maior aumento nas receitas foi o setor "Consumo Não Cíclico". O aumento reportado nas receitas totais desse setor foi de R\$ 58.614,0 milhões.

Em termos de receita média houve uma redução de 10,43% nas receitas líquidas apresentadas pelas companhias em nosso estudo do ano de 2015. A receita média líquida de 2016 foi de R\$ 9.612,5 milhões comparada a R\$ 10.732,0 milhões no ano anterior.

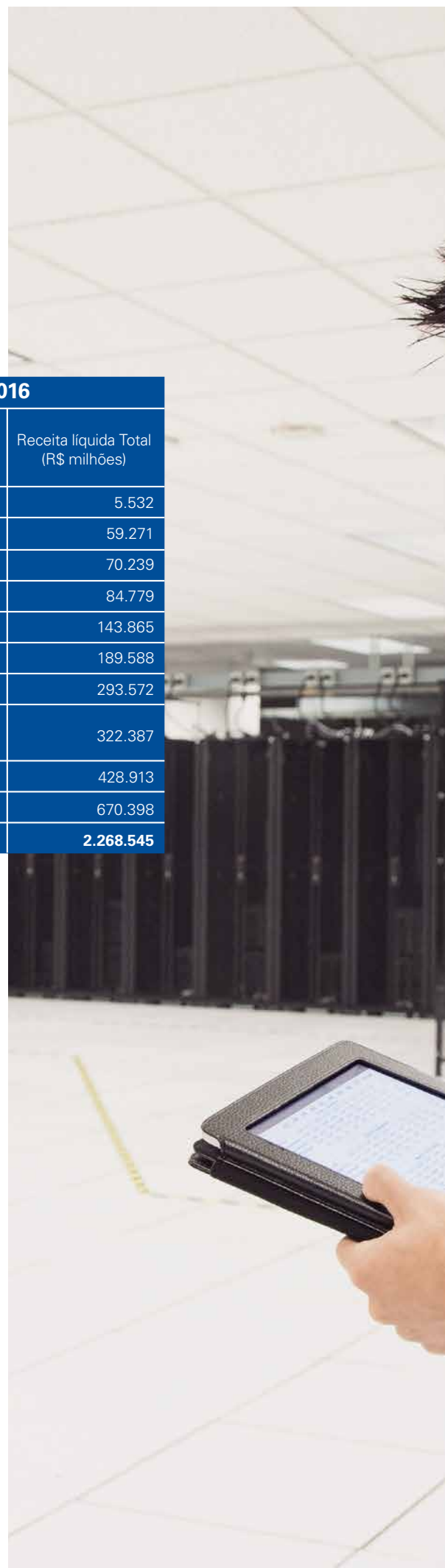
Esperamos que aproveitem!

Daniel B. Lopes Armesto

Sócio de Mercados de Capitais e Advisory

Rogério Vieira de Andrade

Sócio-líder de Mercados de Capitais e Advisory





Sumário Executivo

O Estudo de 2016 não mostrou variações significativas nas medidas não contábeis utilizadas pelas companhias estudadas. Este ano efetuamos cálculo da margem EBITDA ou EBITDA Ajustado para todos os setores no escopo do estudo. A margem foi calculada pela divisão do EBITDA ou EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida das companhias incluídas no estudo. Para este fim, foram excluídas as instituições financeiras.

A média geral da margem EBITDA ou EBITDA Ajustado de todas as companhias incluídas no estudo foi de 17,4%. O setor que apresentou a maior margem EBITDA ou EBITDA Ajustado foi o de Telecomunicações com 31,2% e a menor margem apresentada foi de 7,7% no setor de Tecnologia da Informação.

Com relação à quantidade de políticas contábeis críticas reportadas pelas companhias, a média continuou em 7,8 por companhia.

Quanto aos relatórios dos auditores independentes, verificamos que menções ao pressuposto da continuidade operacional se tornaram mais relevantes durante o exercício de 2015, potencialmente, em nossa visão, devido ao cenário econômico atual. Nosso estudo mostrou que em quatro casos o auditor absteve-se de opinar sobre as demonstrações contábeis como um todo, em função de limitações impostas à sua avaliação sobre a utilização do pressuposto da continuidade operacional e seus potenciais efeitos nessas demonstrações.

Resultados

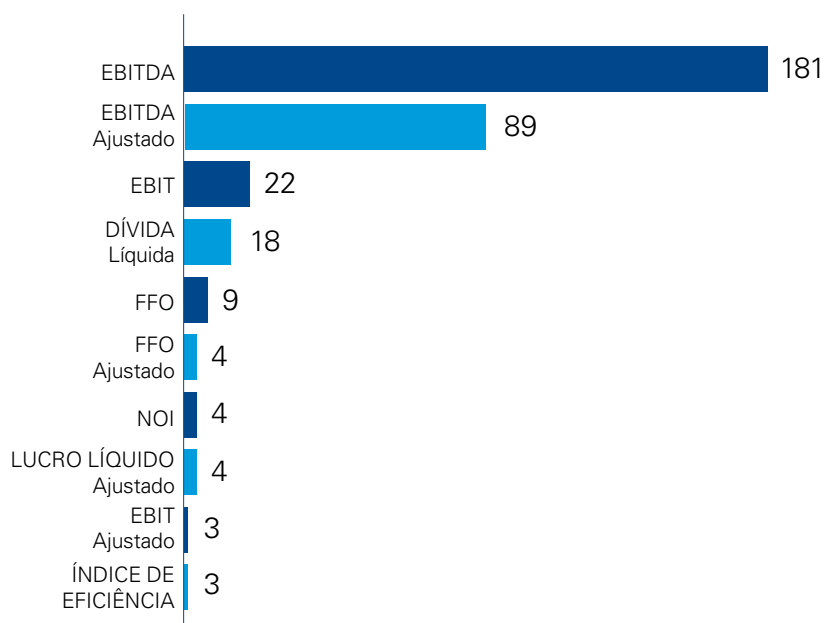
Medições não contábeis

Medições não contábeis são todas aquelas não contidas e/ou definidas na estrutura contábil para elaboração e divulgação de relatório contábil (*framework*), no caso do Brasil, as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Importante instrumento na análise de investimentos e comparação de *performance*, essas medidas não contábeis apresentam, de maneira sintetizada, a capacidade de geração de caixa de uma companhia e/ou outros indicadores de *performance*, liquidez, endividamento, entre outros. No entanto, essas medidas não contábeis, assim como outras medidas contábeis, não podem ser utilizadas de maneira isolada, devendo ser analisadas de modo mais detalhado e em conjunto com os demais indicadores apresentados nas demonstrações contábeis da companhia, assim como, com a seção 10 do FR.

Assim como no estudo de 2015, o resultado de nossa análise demonstrou que o LAJIDA (em inglês EBITDA) - lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) continua sendo a medida não contábil mais utilizada. Em 2016, 181 ou 77% (79% em 2015) das companhias no escopo do estudo apresentaram essa medida não contábil.

A tabela abaixo demonstra em quantidade, quais foram as principais medidas não contábeis divulgadas na seção 3.2 – Medições não Contábeis do Formulário de Referência:

Medições não contábeis - 10 mais



EBITDAR - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, Amortization, and Restructuring or Rent Costs (Lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, das despesas de depreciação e amortização e dos custos de Reestruturação ou aluguel)
EBIT Earnings Before Interest and Taxes (Lucro Líquido Antes do Resultado Financeiro Líquido, do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro)
FFO – Funds From Operations (Lucro Líquido Acrescido de Depreciação e Amortização)
NOI – Net Operating Income (Receita Operacional Líquida)

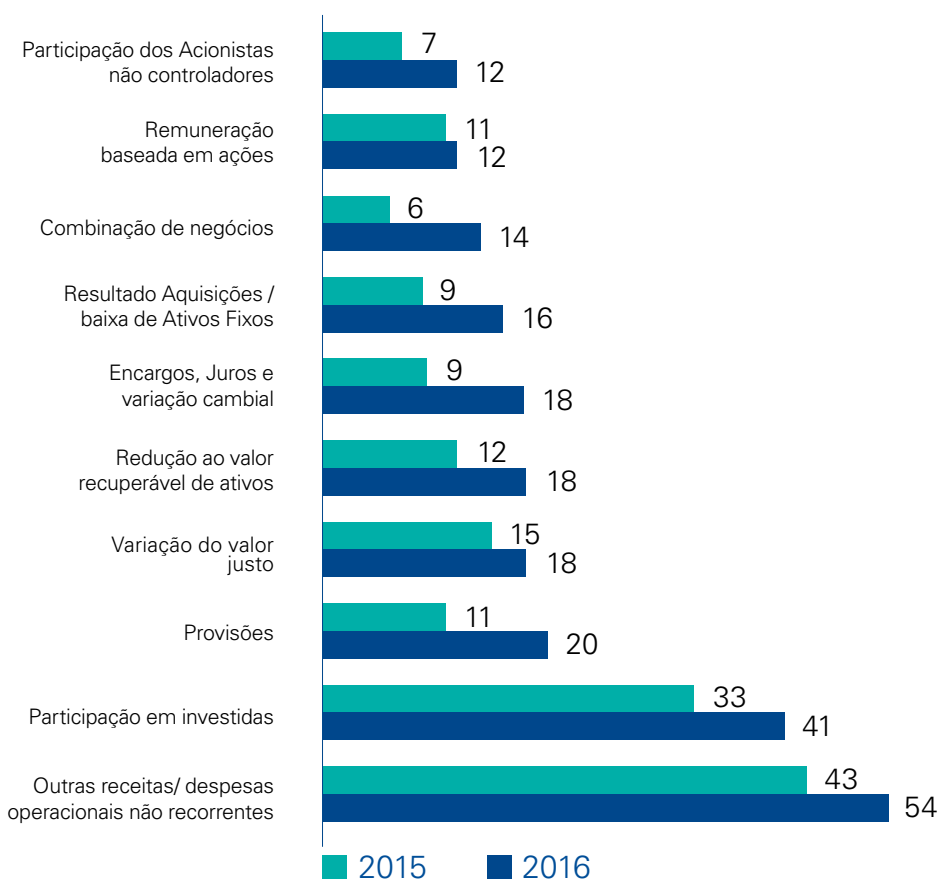
O número de companhias que divulgam o EBITDA Ajustado também não apresentou variação quando comparado com o ano anterior. Em 2016 e 2015, 89 companhias, ou seja 43% da amostra, divulgaram esse indicador. Deste total, 12 companhias divulgaram o EBITDA Ajustado como sendo a única medição não contábil.

A baixa variação relacionada com a divulgação de medidas não contábeis, quando comparada com o resultado do ano anterior, era esperada, uma vez que a utilização desses indicadores é permeada em diversos níveis da companhia e uma alteração é, normalmente, resultado de uma reestruturação operacional. É importante lembrar também, que a Instrução CVM 527 (ICVM 527) exige que em caso de mudança, seja apresentada justificativa, bem como a descrição completa da mudança introduzida.

EBITDA Ajustado

No caso das 89 companhias abertas que divulgaram o EBITDA Ajustado, os principais ajustes ao EBITDA foram:

Ajustes ao EBITDA



Tanto em 2015 quanto em 2016, os itens que mais geraram ajustes ao EBITDA foram (i) outras receitas/despesas operacionais não recorrentes e (ii) participação em investida.

As práticas contábeis e a ICVM 527 não definem “recorrente” e “não recorrente”. Assim, há a necessidade de uma análise mais criteriosa e um alto grau de julgamento por parte do leitor quanto à natureza das transações que compõem esse ajuste.

Em termos percentuais, os três ajustes ao EBITDA que apresentaram maior aumento quando comparados com o ano anterior foram:

• **Combinação de negócios:** parte dos ajustes considerados como combinação de negócios, refere-se a despesas incorridas no processo de aquisição, bem como a ganhos reconhecidos pela remensuração de participação detida anteriormente à obtenção do controle. Chama a atenção o fato de este tipo de ajuste ter apresentado um aumento, pois o resultado apresentado pela pesquisa KPMG *Fusões e Aquisições 2015*, que apresentou um recuo no volume de transações de 818 no ano de 2015 para 733 no ano de 2016. Esse relatório ainda indica que a quantidade de transações de fusões e aquisições em 2015 foi a menor desde o ano de 2010.

• **Encargos, Juros e Variação Cambial:** parcela substancial dos ajustes com essa nomenclatura foi efetuada por companhias que atuam no setor de consumo cíclico, mais precisamente no ramo de educação, e refere-se aos ganhos financeiros com juros e multas sobre mensalidades pagas em atraso.

• **Provisões:** houve um aumento de 11 em 2015 para 20 em 2016, ou 82%, nos ajustes ao EBITDA sob o título “Provisões”. Esses ajustes estão relacionados a provisões para contingências e reestruturações, ambas previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O atual cenário econômico pode ter aumentado a incidência desses itens nas demonstrações contábeis da companhia.

O estudo também demonstrou que provisões por redução ao valor recuperável (*impairment*) foram base para ajuste em 18 casos (contra 12 em 2015), o que representa um aumento de 50%. Embora, percentualmente, o aumento tenha sido significativo, o ajuste ainda foi pouco representativo: somente 8% das companhias analisadas e abaixo das expectativas, devido ao cenário econômico em 2015. Não obstante, acredita-se que essa quantidade de casos identificados possa estar reduzida pelos seguintes motivos:

- É possível que algumas companhias tenham classificado o ajuste de redução de valor recuperável como “Outras receitas/despesas operacionais não recorrentes”.
- A análise de redução ao valor recuperável não ter resultado em perda significativa para as companhias.
- As companhias não ajustaram o EBITDA por provisões para redução ao valor recuperável de ativos, mantendo-as, portanto, como redutoras do EBITDA.

A tabela ao lado demonstra o valor da receita líquida total, bem como o EBITDA/EBITDA Ajustado total e margem EBITDA/EBITDA Ajustado geral e por setor em 2016 (em milhões de reais):



	Geral	Bens Industriais	Construção e transporte	Consumo cíclico	Consumo não cíclico	Financeiro e outros
Receita Líquida	1.688.367	59.271	70.073	131.629	428.913	102.784
EBITDA/EBITDA Ajustado	293.535	8.136	14.297	18.029	65.421	16.059
Margem EBITDA/EBITDA Ajustado	17,4%	13,7%	20,4%	13,7%	15,3%	15,6%

	Materiais básicos	Petróleo, gás e biocombustíveis	Tecnologia da Informação	Telecomunicações	Utilidade Pública
Receita Líquida	293.455	322.387	5.487	84.779	189.588
EBITDA/EBITDA Ajustado	44.897	74.282	421	26.455	25.539
Margem EBITDA/EBITDA Ajustado	15,3%	23,0%	7,7%	31,2%	13,5%

A tabela acima considera apenas as companhias que divulgaram o EBITDA/EBITDA Ajustado como medida não contábil relevante. Dessa forma, foram excluídos dos cálculos, por exemplo, os Bancos (o setor financeiro não é comparável com os demais, uma vez que o EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas utilizadas pelas Instituições Financeiras para avaliação do seu desempenho).

A análise acima demonstra que apenas três setores ficaram acima da Margem EBITDA/EBITDA Ajustado quando comparado com a margem geral das companhias analisadas de 17,4%.

Telecomunicações

O setor de Telecomunicações apresentou uma margem EBITDA/EBITDA Ajustado de 31,2%, sendo a maior margem dentre os setores analisados. As três companhias desse setor não ajustaram seu EBITDA.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais dessas companhias, conforme reportado em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, apresentou um montante combinado de R\$ 13.122 milhões, ou seja, 50% do valor apresentado como geração de caixa com base no indicador não financeiro EBITDA.

Petróleo, Gás e Biocombustíveis

O setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis apresentou uma margem EBITDA/EBITDA Ajustado de 23%. Este setor é composto por apenas três companhias, sendo uma delas responsável por 99% da receita líquida e EBITDA/EBITDA Ajustado.

No cálculo do EBITDA/EBITDA Ajustado desta companhia foi realizado um ajuste para reversão das perdas pela redução ao valor recuperável de ativos. Caso essa perda não tivesse sido considerada no cálculo do EBITDA/EBITDA Ajustado, a margem do setor seria de 7,9%.

Construção e Transporte

Das 36 empresas neste setor, 19 companhias (53%), ajustaram os seus EBITDAs. Dentre as companhias deste setor, seis apresentaram margem EBITDA/EBITDA Ajustado superior a 40%, sendo que duas companhias não realizaram qualquer ajuste ao EBITDA. Nas demais quatro companhias, os ajustes realizados ao EBITDA referem-se, principalmente, a:

- Participação em investidas.
- Participação dos acionistas não controladores.
- Provisões.

Políticas contábeis críticas

Uma política contábil crítica é entendida como sendo muito importante para demonstrar a condição financeira e os resultados da companhia e, que requer julgamentos difíceis, subjetivos e/ou complexos por parte da Administração. Normalmente, as circunstâncias que tornam esses julgamentos difíceis, subjetivos e/ou complexos correspondem à necessidade de realizar estimativas sobre o efeito de questões que são inerentemente incertas.

As políticas contábeis críticas são os assuntos mais significativos tratados durante a elaboração das demonstrações financeiras pela Administração. São áreas com risco alto de conter um erro relevante, envolvem julgamento significativo e representam fatos ou transações com efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

As políticas contábeis críticas divulgadas pelas companhias foram agrupadas sob a ótica de um pronunciamento contábil, o qual contempla a mensuração e o reconhecimento da transação.

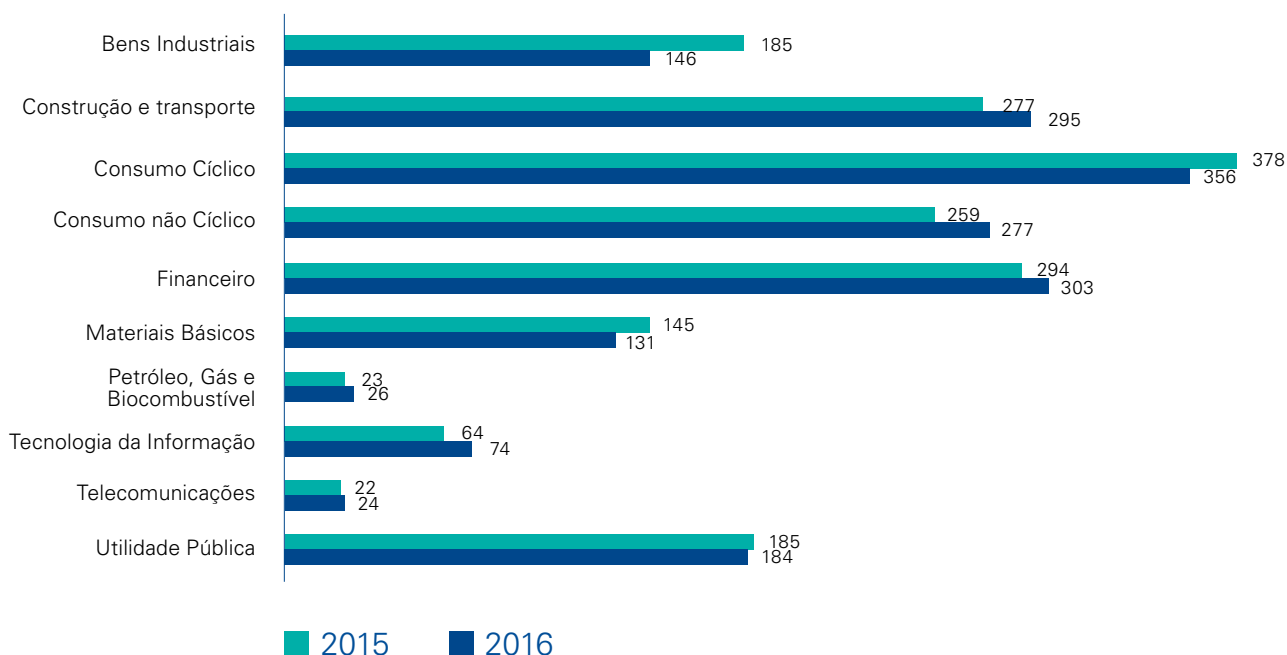
Houve redução no total geral das políticas contábeis críticas divulgadas, mesmo considerando o fato de que este ano o estudo compreendeu 236 companhias ante 235 no ano anterior. Em 2016, reportou-se um total de 1.816 políticas contábeis críticas, contra 1.832 em 2015. Quando avaliada a média geral de políticas contábeis críticas (7,8), não houve variação em relação ao ano de 2015. Não obstante, 105 companhias (45%) contra 79 (34%) em 2015, reportaram um número de práticas contábeis críticas acima da média geral.

O maior número de políticas contábeis críticas divulgadas por uma companhia no ano de 2016 foi de 19, ante 23 no ano de 2015. Por outro lado, identificou-se que cinco companhias não divulgaram nenhuma política contábil crítica, e outras cinco companhias reportaram a existência de somente uma política contábil crítica.

Os gráficos abaixo apresentam a distribuição por setor do total e da média do número de políticas contábeis informadas como críticas, sendo:

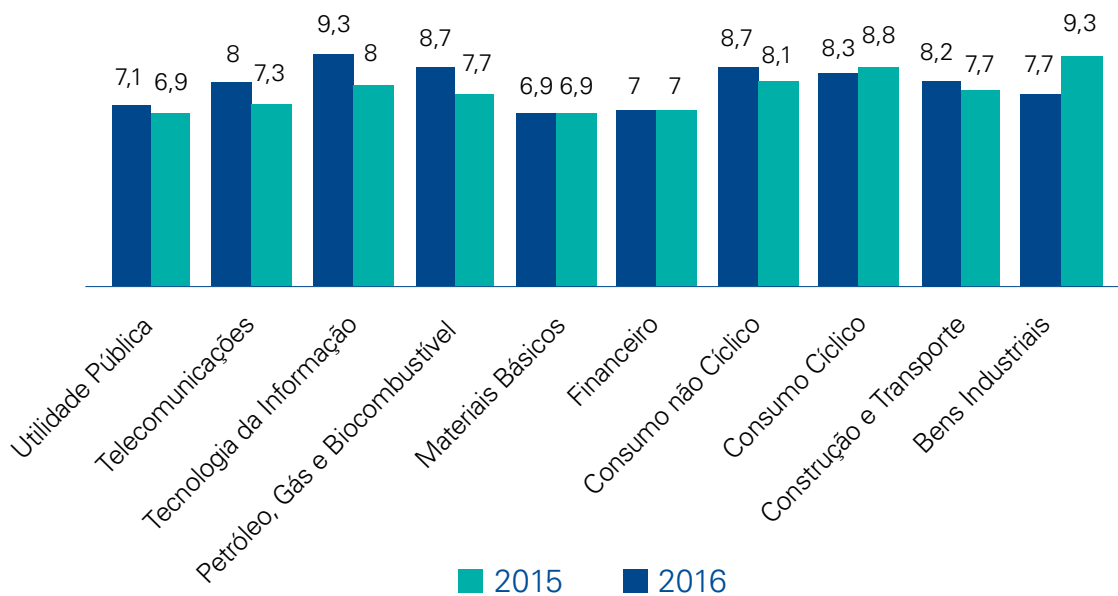
- Total: representa o total de políticas contábeis críticas identificadas para todas as companhias de cada um dos setores.

TOTAL DE POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS POR SETOR



- Média: representa a média (número de políticas contábeis críticas dividido pelo número de companhias) de políticas contábeis críticas para cada um dos setores.

MÉDIA DE POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS POR SETOR

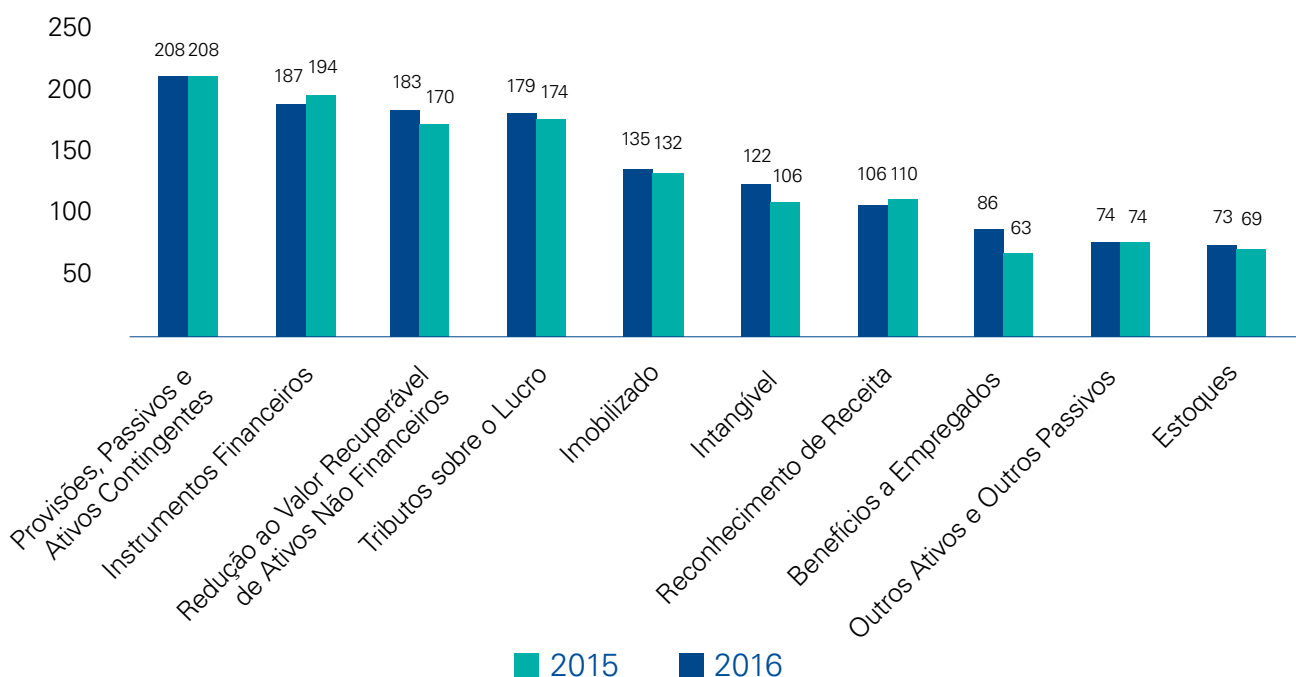


O setor que apresentou a maior redução no número de políticas contábeis críticas divulgadas foi o de Bens Industriais. Neste setor, houve uma redução de 21% no total e 17% na média das políticas contábeis críticas divulgadas.

Por outro lado, o setor de Tecnologia da Informação foi o que apresentou o maior aumento de, aproximadamente, 16% no total e na média de políticas contábeis críticas reportadas.

As dez políticas contábeis críticas mais divulgadas nos Formulários de Referência foram:

POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS - TOP 10



Neste ano, o tema Benefícios a Empregados passou a integrar a lista das **Top 10** políticas contábeis críticas, sendo mencionado por 86 companhias estudadas (36% do total). No ano anterior, somente 63 companhias (27% do total) mencionaram esse tema como crítico. O setor em que mais companhias reportaram esse tema como crítico foi o de Utilidades Públicas, com 21 companhias.

Em 2016, 183 companhias (contra 170 em 2015) reportaram redução ao valor recuperável de ativos não financeiros como uma política contábil crítica. Esse aumento de 8% em relação a 2015 é devido, principalmente, à desvalorização do valor de mercado das companhias e ao aumento das taxas de juros que afetam a taxa de desconto utilizada no cálculo do “valor em uso”, sendo esses apenas alguns indicadores de *impairment*, conforme o parágrafo 12 do CPC 01 *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*.

Em linha com o ano anterior, o resultado do estudo ainda mostra que “Provisões, passivos e ativos contingentes” continua sendo a política contábil crítica mais reportada pelas companhias com 208 menções, mesmo número do ano de 2015. Esse fato é consequência do complexo ambiente legal, trabalhista, civil e, principalmente, tributário no Brasil.

Adicionalmente, assim como no ano anterior, “Instrumentos financeiros” foi a segunda política contábil crítica mais reportada, mesmo apresentando uma leve

redução, tendo sido divulgada por 187 companhias (194 em 2015). Essa redução, no entanto, contrariou as expectativas, uma vez que era esperado um maior julgamento na estimativa de perdas por valor recuperável de instrumentos financeiros (i.e. Provisão para devedores duvidosos), em todos os setores, dado o cenário econômico em 2015.

Em 2016 e 2015, 74 companhias reportaram “Outros ativos e passivos” como uma política contábil crítica, figurando essa como a 9ª política mais divulgada pelas companhias (8ª em 2015). “Outros ativos e passivos” é o conjunto de divulgações sobre o reconhecimento e mensuração de despesas antecipadas, classificação de itens circulantes e não circulantes, compensação entre contas etc. Por sua natureza, nos parece que tais itens não se enquadrariam na definição de política contábil crítica, ou seja: assuntos mais significativos que durante a elaboração das demonstrações financeiras foram tratados pela companhia e que representam áreas com risco alto de conter um erro relevante, envolvendo julgamento significativo e representando fatos ou transações com efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

Nos próximos anos será adotado um conjunto de novas normas contábeis, já emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), porém ainda sem tradução no Brasil e, portanto, ainda não emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a saber:

	APLICÁVEL A PARTIR DE		Publicações da KPMG sobre os temas
	2018	2019	
Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15)	✓		Insights into IFRS (Chapter 4.2A) In the Headlines 09/2014
Instrumentos financeiros (IFRS 9)	✓		Insights into IFRS-Volume 3(Chapter 7A) In the Headlines 2013/13 e 2014/13 IFRS Newsletter: Financial Instruments Sinopse Contábil 2015
Arrendamento (IFRS 16)		✓	Overview training First Impressions IFRS em Destaque 02/2016

A política contábil relacionada a “Reconhecimento de Receita” foi considerada crítica por 106 (45%) companhias, figurando entre as Top 10 em nosso estudo. Por outro lado, “Arrendamentos financeiros” apareceu em apenas 31 casos (13% das companhias).

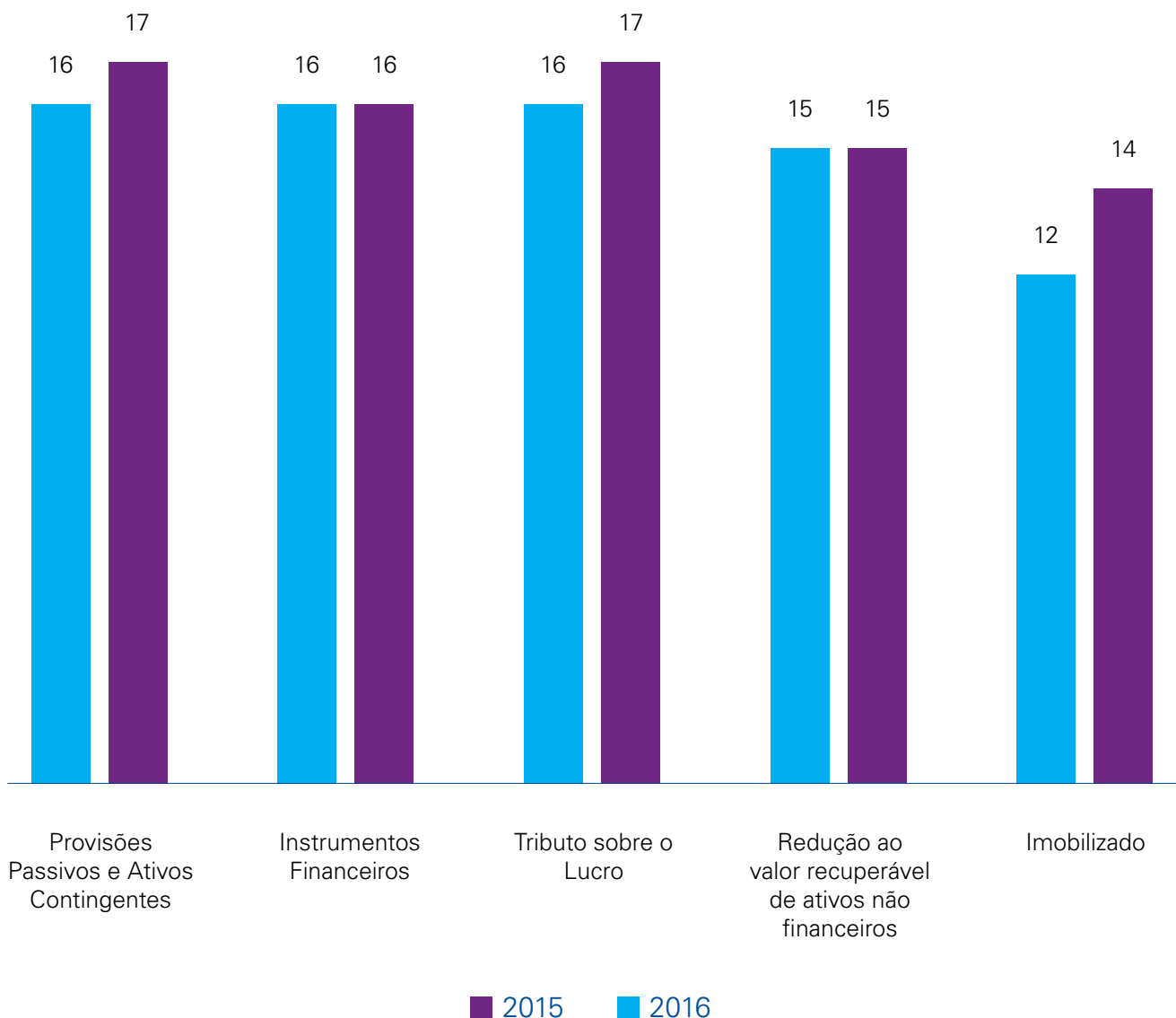
Essas novas normas contábeis requererão a utilização de alto grau de julgamento por parte da Administração das companhias. Assim, é de se esperar que esses assuntos sejam reportados por um número maior de companhias no futuro. Adicionalmente, muito embora a adoção das normas citadas acima ocorra somente em 2018/2019, é altamente recomendável que as companhias iniciem a

avaliação dos seus impactos para que haja tempo hábil de, por exemplo:

- Estruturar seus controles internos e sistemas de TI.
- Renegociar com os agentes financeiros cláusulas de *covenants* em função do registro do passivo de arrendamentos financeiros.
- Programar as divulgações ao mercado sobre impactos no EBITDA/EBITDA Ajustado e margem EBITDA/EBITDA Ajustado, dentre outros.

A seguir, apresentaremos as políticas contábeis críticas Top 5 por setor.

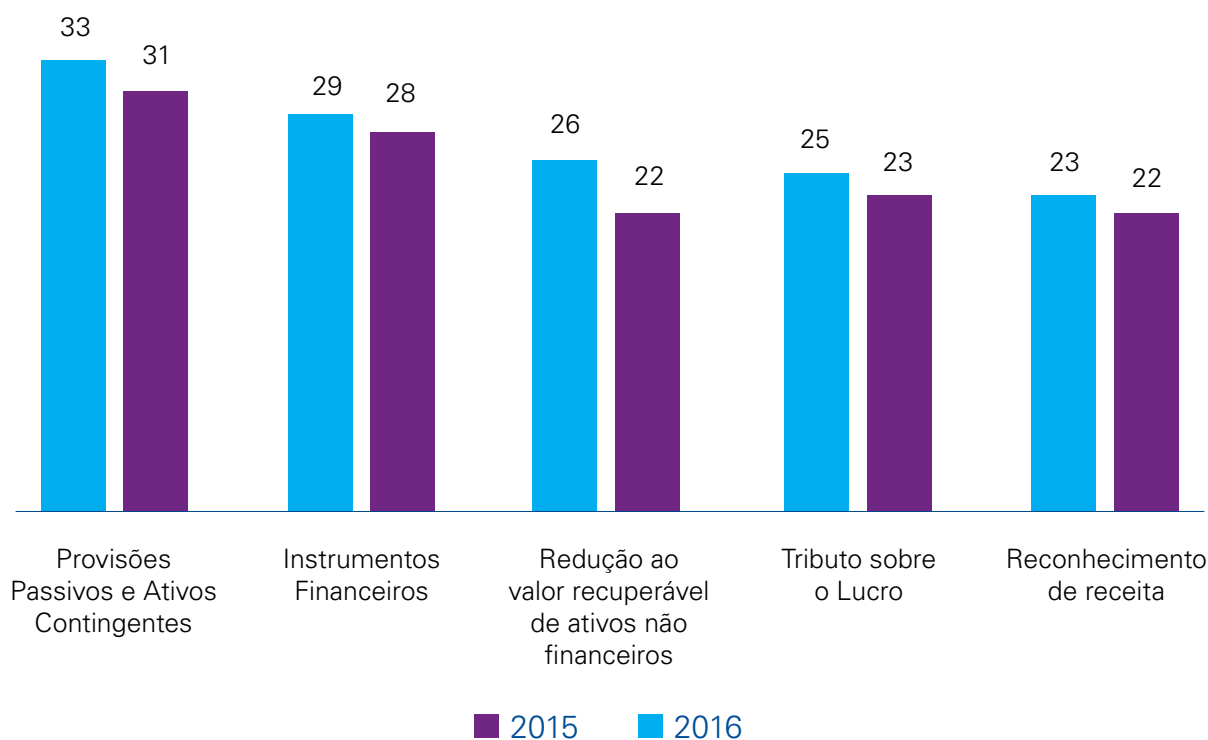
TOP 5 - BENS INDUSTRIAIS



Uma análise dos ativos das empresas do setor de Bens Industriais mostrou que em dez companhias o ativo imobilizado era o principal ativo no balanço patrimonial representando, em média, 38,1% do total

dos ativos dessas companhias. Para outras cinco companhias o ativo intangível era o principal item, sendo que em um dos casos o ativo intangível representava 97,9% do total dos ativos.

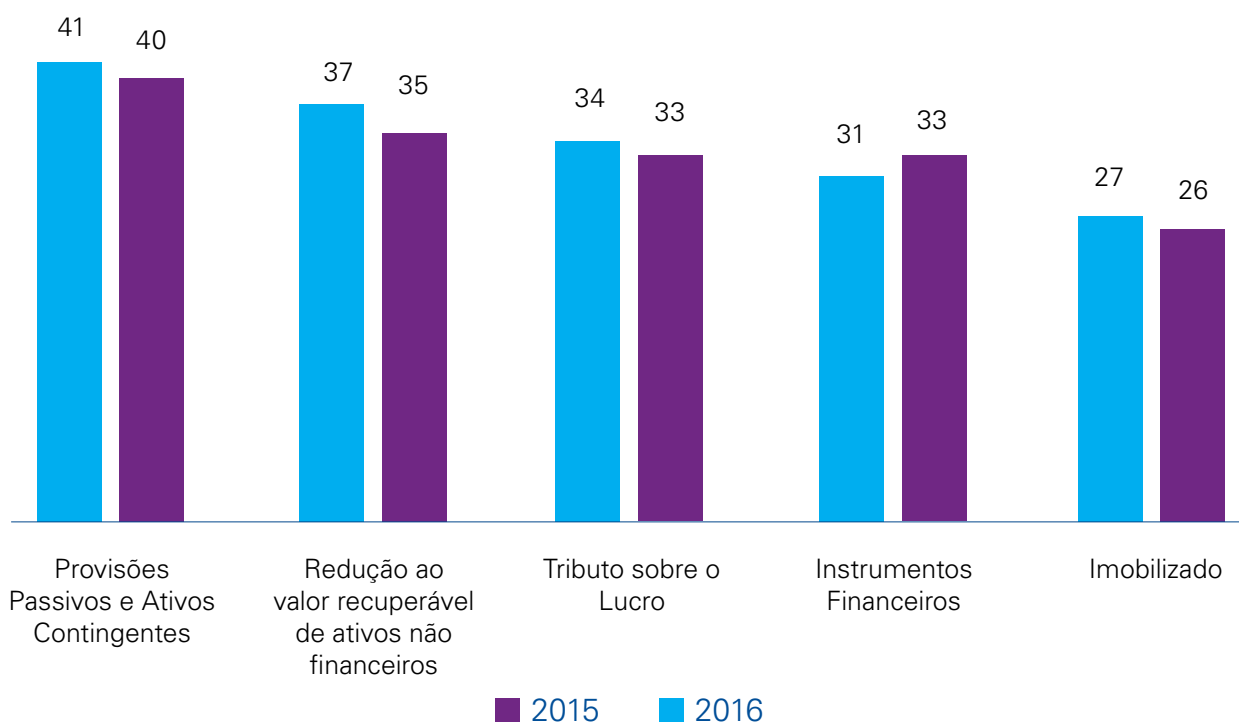
TOP 5 - CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE



Neste setor os principais itens do balanço patrimonial foram o Ativo imobilizado e os Estoques. Para ambos os casos foram identificados que esses ativos eram os mais representativos em 12 situações.

As companhias nas quais os estoques eram o principal ativo correspondiam, em sua maioria, ao setor de construção. A representatividade média desses ativos nessas companhias foi de 42,7% do total dos ativos. Embora não apresentado entre as **Top 5**, os Estoques foram citados como política contábil crítica por 17 companhias neste setor.

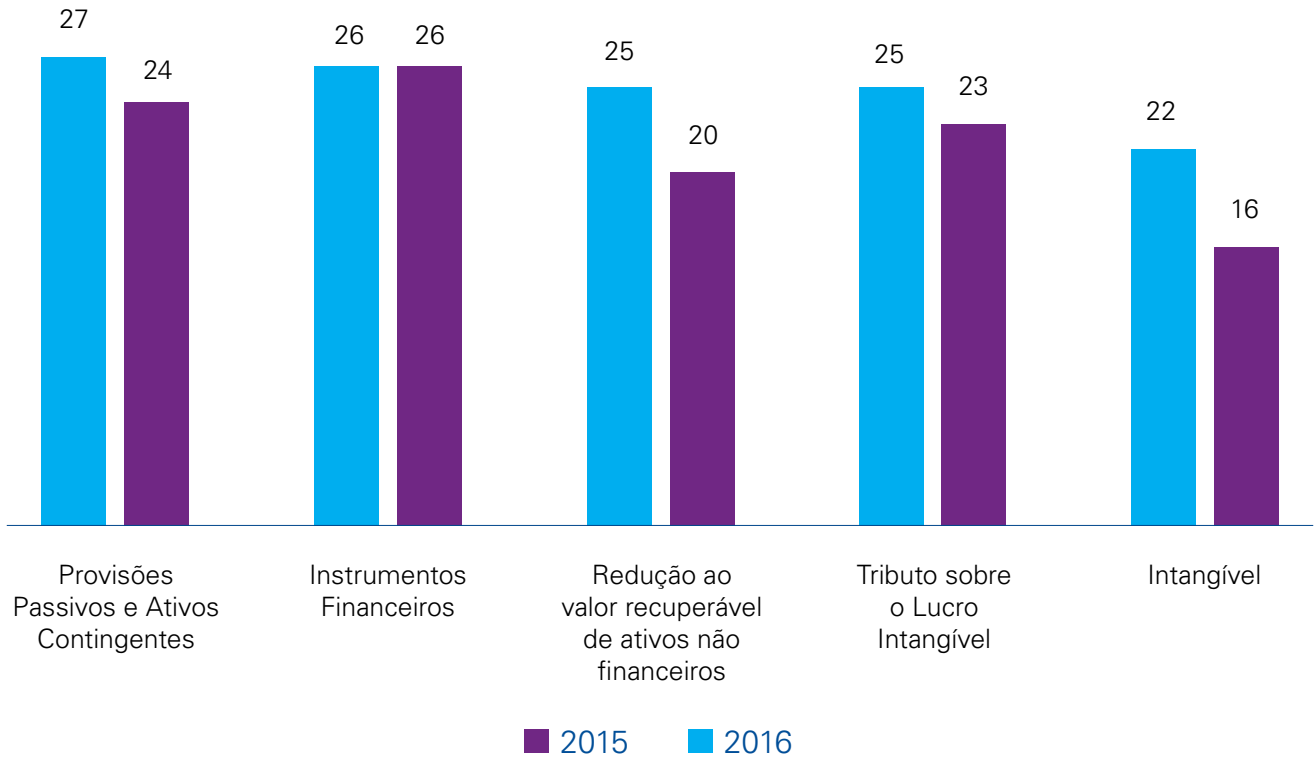
TOP 5 - CONSUMO CÍCLICO



Neste setor verificamos que Contas a Receber de Clientes era a conta mais representativa para dez companhias. Em média, as Contas a receber Representavam 32,8% do total dos ativos. Neste sentido acreditamos que isso

tenha influenciado na determinação de que instrumentos financeiros, incluindo também a determinação de recuperabilidade de ativos financeiros, fosse uma política contábil crítica para 31 companhias em 2016.

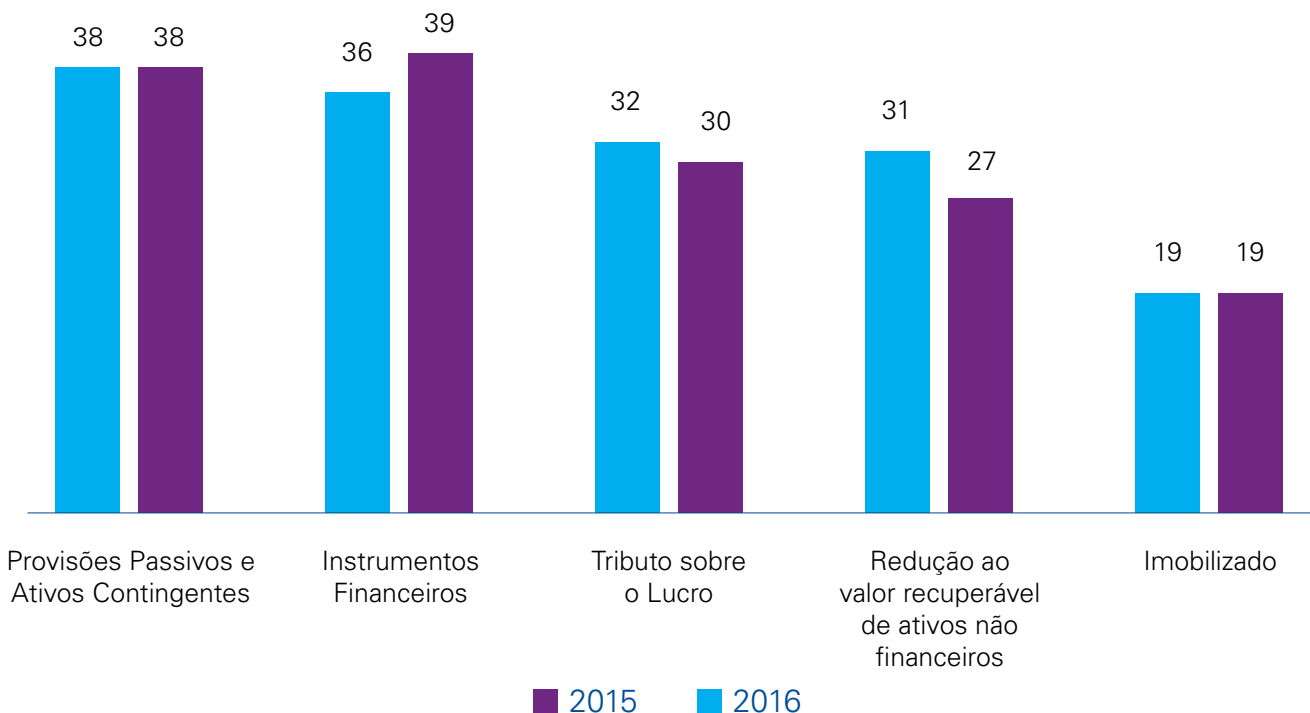
TOP 5 - CONSUMO NÃO CÍCLICO



Em 20 companhias o ativo imobilizado e o intangível representam o ativo mais relevante das demonstrações

financeiras. O Ativo Imobilizado representava 39,7% e o Intangível 45,8%, em média, do total dos ativos dessas 20 companhias.

TOP 5 - FINANCEIRO E OUTROS

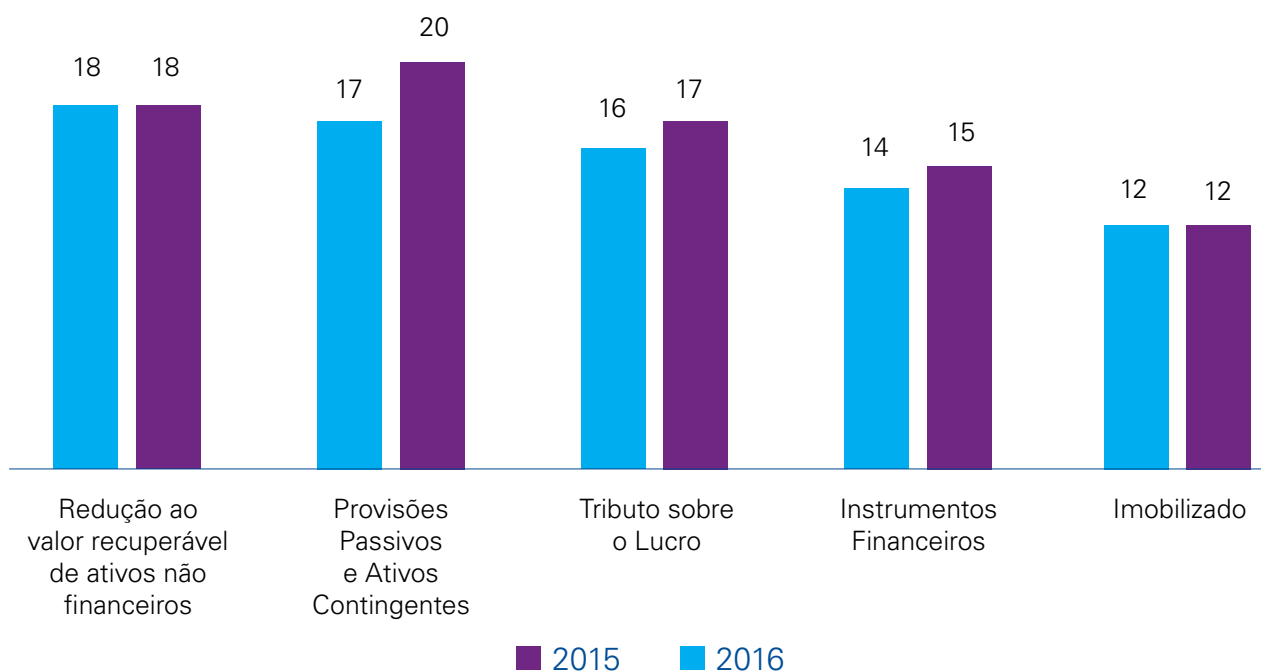


Este setor é compreendido basicamente por instituições financeiras e companhias que atuam em Shopping Centers.

Nas instituições financeiras, não surpreendentemente, os ativos financeiros representam, em média, 74,6%

dos ativos totais. Isso está alinhado com o fato dos instrumentos financeiros estarem entre as **Top 5** políticas contábeis. Além dessa política, provisões para causas fiscais também é um assunto relevante.

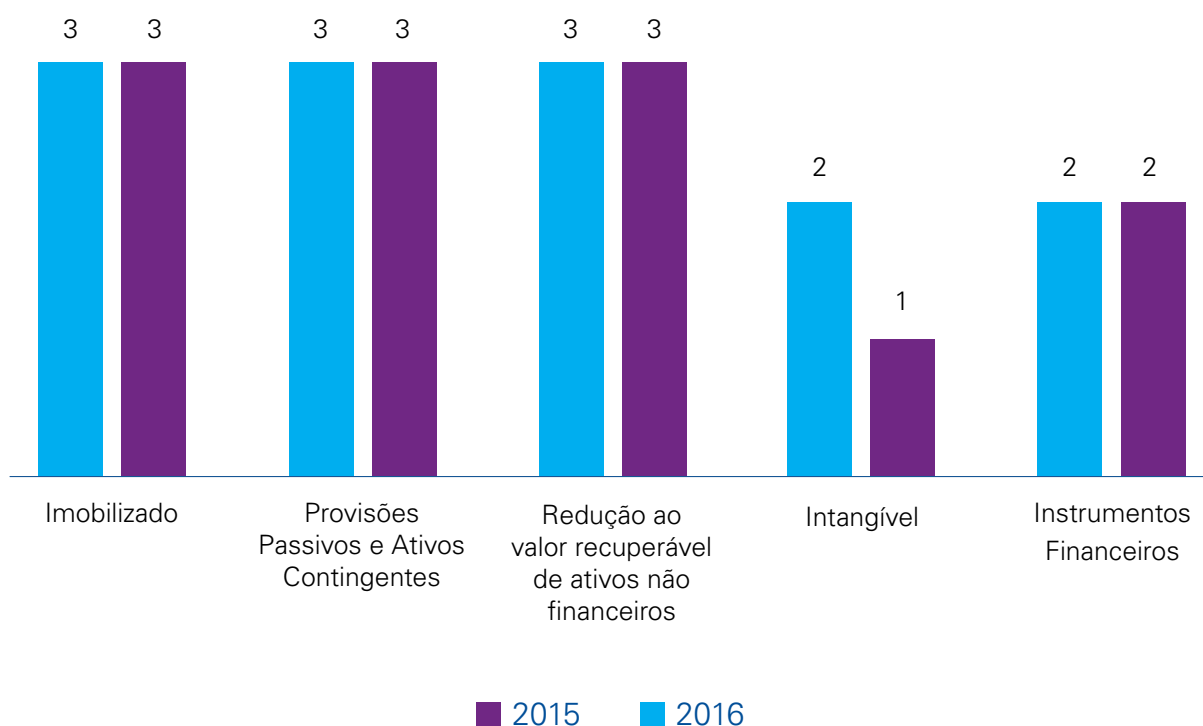
TOP 5 - MATERIAIS BÁSICOS



O ativo imobilizado representa, em média, 46,2% do total dos ativos das companhias neste setor. Esse fator foi, em nossa opinião, preponderante para que a redução ao valor

recuperável de ativos não financeiros tenha sido a política contábil crítica mais mencionada neste setor, assim como o fato de o imobilizado ter, ainda, ficado entre as **Top 5**.

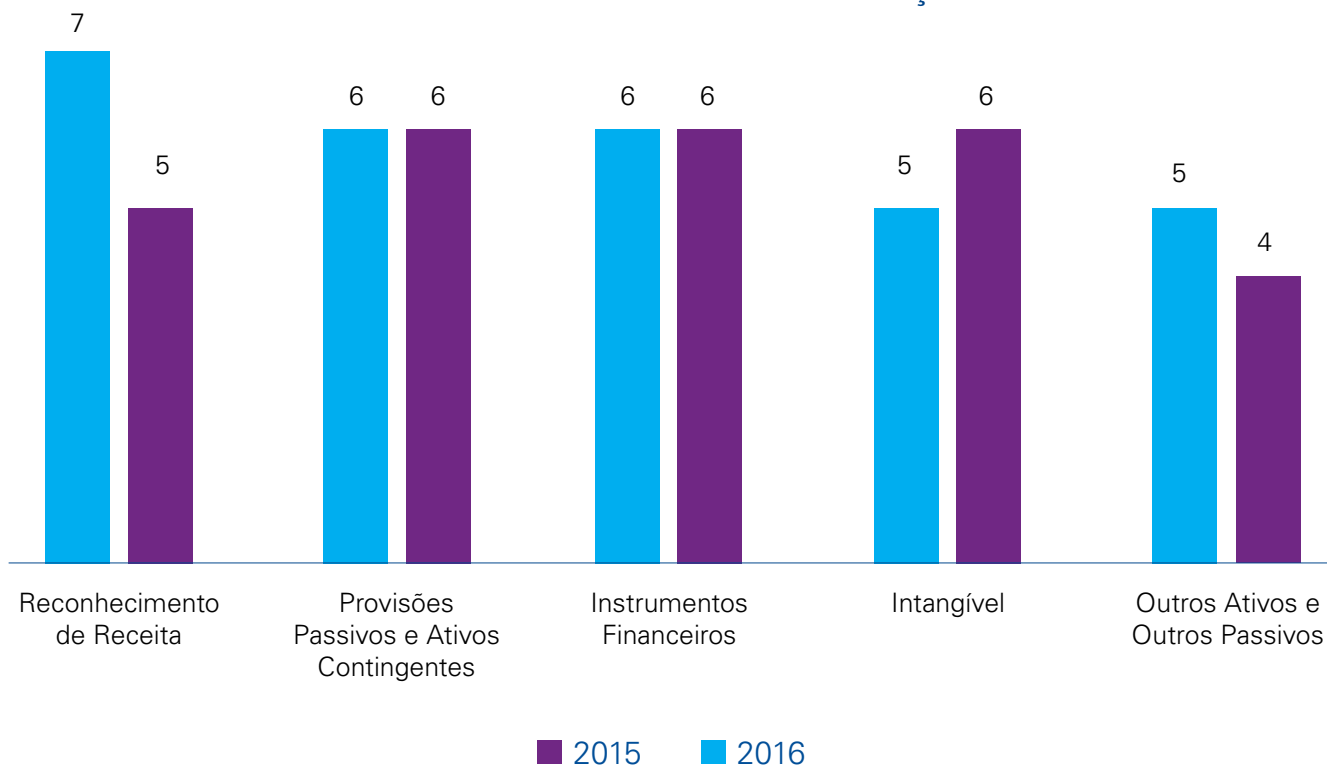
TOP 5 - PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS



Na análise dos ativos mais relevantes deste setor, verificamos que para duas companhias o item instrumento financeiro foi o ativo mais relevante,

representando 24,1% e 32,0% do total de ativos dessas companhias. Na outra companhia do setor o ativo mais relevante é o imobilizado, representando, 63,3% do total.

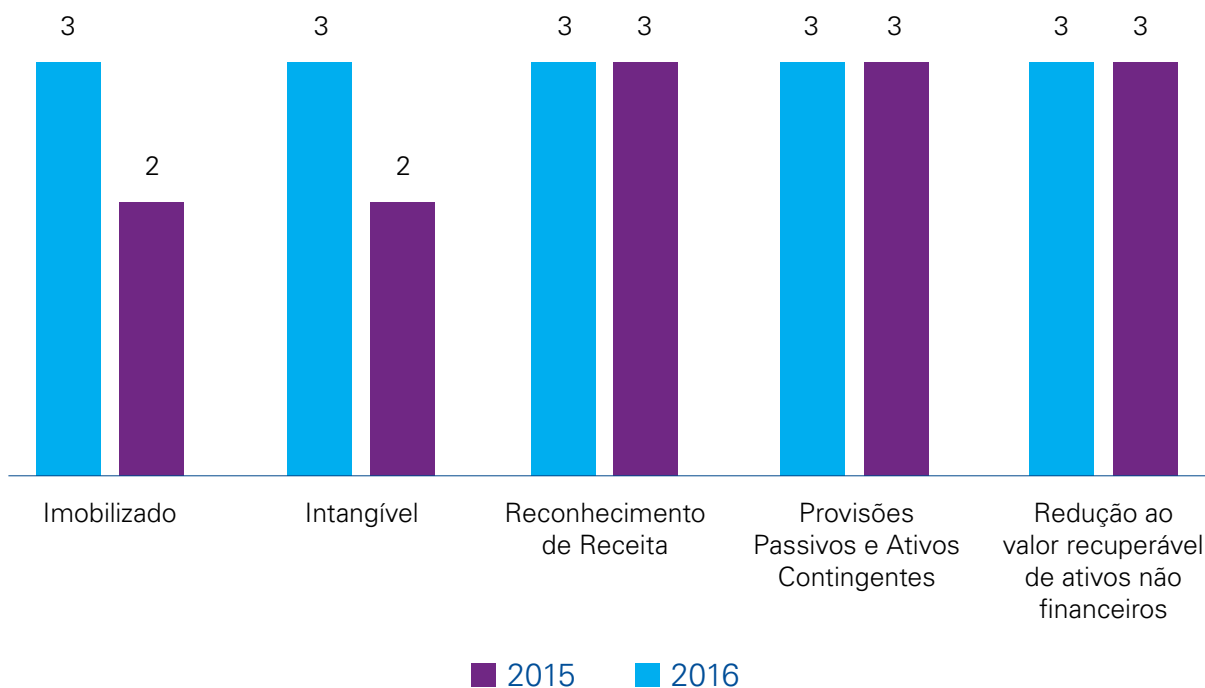
TOP 5 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Muito embora essas companhias dependam de desenvolvimento de novos produtos, o Intangível é o item mais relevante do balanço em apenas três companhias desse setor, representando em média, 46,1% do total dos ativos. Para quatro companhias deste

setor, o caixa e equivalentes de caixa era o primeiro ou segundo ativo mais relevante das demonstrações financeiras representando, em média, 25,9% do total dos ativos. Em uma das companhias o caixa e equivalentes de caixa representava 48,7% do total dos ativos.

TOP 5 - TELECOMUNICAÇÕES¹

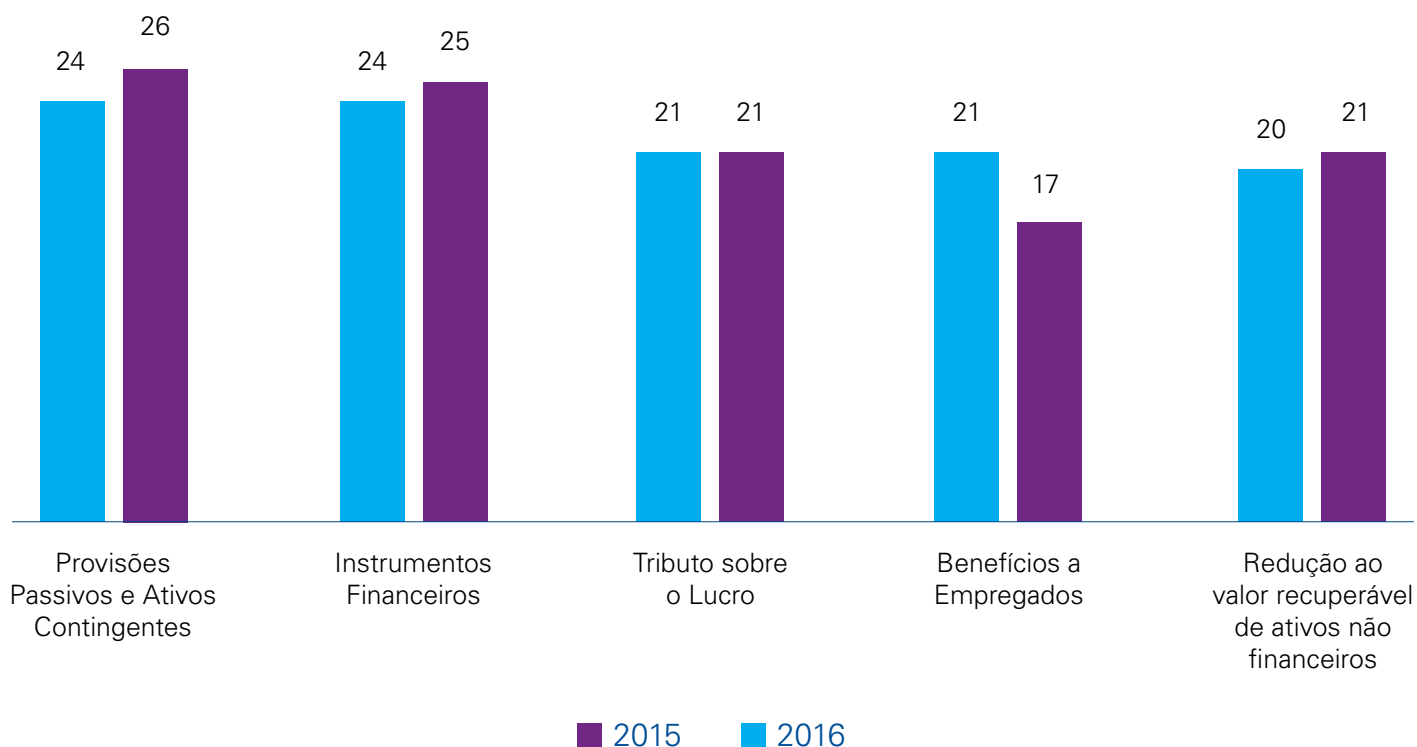


¹Tributos sobre o Lucro e Instrumentos Financeiros também apresentaram três menções pelas companhias deste setor.

Imobilizado e Intangível representavam, em média, 33,8% do total dos ativos dessas companhias, em linha com o fato de que essas rubricas são consideradas críticas pelas

companhias do setor. Em um caso, os depósitos judiciais eram o terceiro ativo mais relevante das demonstrações financeiras, representando 14,8% do total dos ativos.

TOP 5 - UTILIDADE PÚBLICA



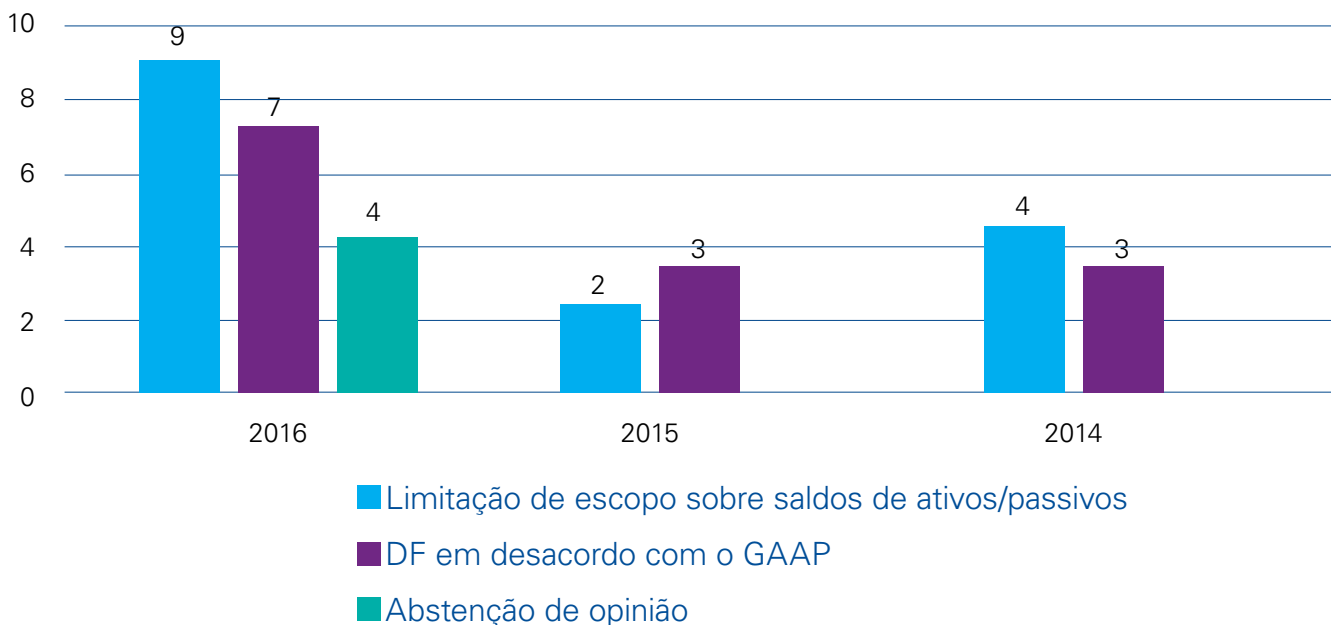
Nesse setor, que é representado substancialmente por companhias que atuam com concessões, o ativo intangível foi o item mais representativo em 13 casos, e representava, em média, 44,6% do total dos ativos. O

caixa e equivalentes de caixa e as contas a receber foram a segunda conta mais relevante para nove companhias deste setor, representando, em média, 14,6% do total dos ativos.

Análise dos relatórios dos auditores independentes

Ressalvas

QUALIFICAÇÕES NO RELATÓRIO DO AUDITOR



Em 2016, verificamos um aumento significativo das modificações nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Neste ano foram identificados 20 casos de modificações, decorrentes de:

- Limitações de escopo: o aumento significativo nas limitações de escopo deveu-se ao fato de diversas investigações sobre as operações Lava-Jato, Zelotes, entre outras, ainda estarem em andamento na data das demonstrações contábeis, e portanto, não possibilitando às companhias determinarem seus eventuais impactos sobre essas demonstrações.
- Abstenção de opinião: todos os casos onde o auditor absteve-se de opinar, referem-se à impossibilidade de conclusão por parte do auditor, devido a incertezas significativas ou ausência de evidências, sobre a adequada aplicação pelas companhias do pressuposto da continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações contábeis.

Dentre os casos de demonstrações financeiras preparadas em desacordo com as BR GAAP ou IFRS,

verificamos uma situação referente à inadequada classificação de passivos financeiros entre curto prazo e longo prazo. A modificação no relatório do auditor foi decorrente do fato de a Companhia não cumprir com certas condições contratuais em 31 de dezembro de 2015 e o waiver ter sido obtido somente em 2016. Não obstante, a Companhia manteve o saldo de empréstimos classificado no passivo de longo prazo.

As BR GAAP determinam que quando a companhia quebrar um acordo contratual (covenant) de um empréstimo de longo prazo (índice de endividamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do covenant. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a companhia não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data.

Ênfases

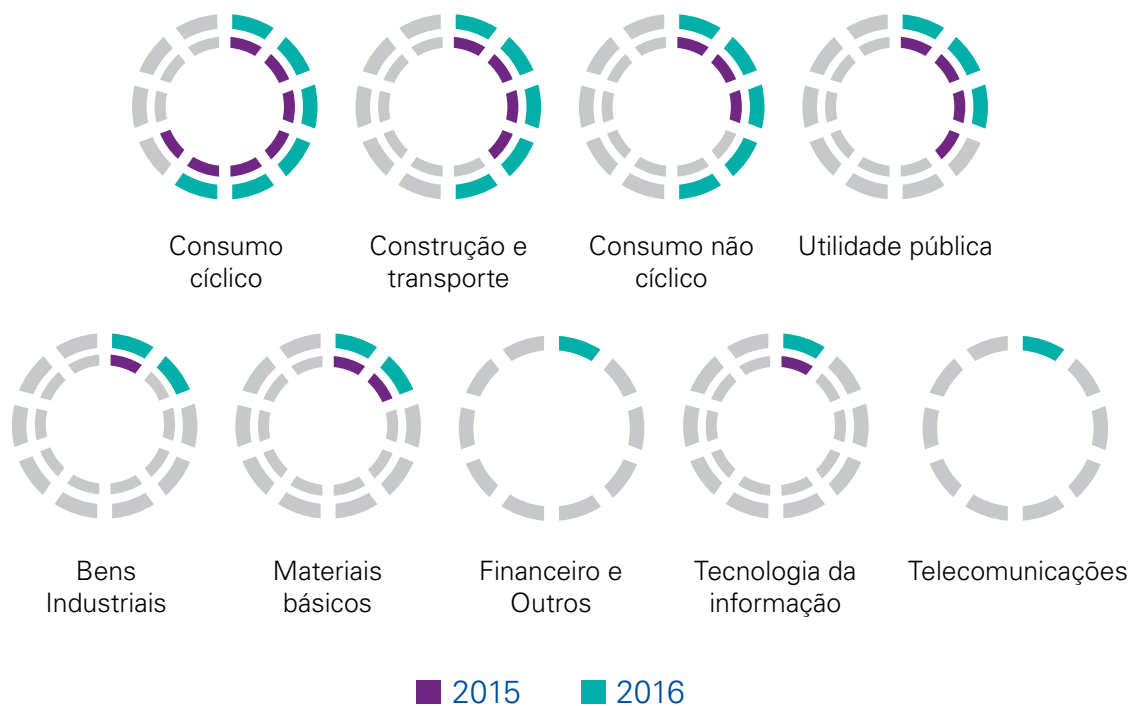


No ano-base 2016 verificamos um aumento, para 26 casos contra 22 em 2015, nas ênfases por incerteza significativa quanto à adequação da preparação de demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade operacional. Esse aumento nos parece

alinhado com o cenário econômico de 2015.

Abaixo, apresentamos os setores e a quantidade de companhias que tiveram a ênfase sobre o pressuposto da continuidade operacional incluída no relatório do auditor.

CONTINUIDADE OPERACIONAL POR SETOR



Ainda foi verificada uma redução nas ênfases relacionadas à recuperabilidade de ativos e/ou existência de passivos relevantes para 18 casos em 2016 (21 casos

em 2015). Assim como no ano anterior, a maioria dos casos está relacionada à existência de ativos fiscais e/ou passivos fiscais.

Bens industriais

Altus Sistema de Automação S.A.
 Cobrasma S.A.
 Contax Participações S.A.
 Csu Cardsystem S.A.
 Dtcom - Direct To Company S.A.
 Embraer S.A.
 Forjas Taurus S.A.
 Fras-Le S.A.
 Indústrias Romi S.A.
 Iochpe Maxion S.A.
 Kepler Weber S.A.
 Mahle Metal Leve S.A.
 Marcopolo S.A.
 Metalfrio Solutions S.A.
 Plascar Participações Industriais S.A.
 Prática Participações S.A.
 Randon S.A. Implementos e Participações
 Recrusul S.A.
 Schulz S.A.
 Tupy S.A.
 Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.
 Weg S.A.

Construção e transporte

Br Home Centers S.A.
 Brasil Brokers Participações S.A.
 Companhia de Concessões Rodoviárias - CCR S.A.
 Construtora Lix da Cunha S.A.
 Cosan Logística S.A.
 Cr2 - Empreendimentos Imobiliários S.A.
 Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações
 Direcional Engenharia S.A.
 Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
 Eternit S.A.
 Even Construtora e Incorporadora S.A.
 EZTEC Empreendimentos e Participações S.A.
 Gafisa S.A.
 Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
 Haga S.A. Indústria e Comércio
 Helbor Empreendimentos S.A.
 Jhsf Participações S.A.
 João Fortes Engenharia S.A.
 Júlio Simões Logística - JSL S.A.
 Log-In Logística Intermodal S.A.
 Lps Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. - Lopes Brasil
 Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
 MRV Engenharia e Participações S.A.
 PBG S/A
 PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações
 Prumo Logística S.A.
 Rodobens Negócios Imobiliários S.A.
 Rossi Residencial S.A.
 Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.
 Santos Brasil Participações S.A.
 Tecnisa S.A.
 Tegma Gestão Logística S.A.
 TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.
 Trisul S.A.
 Viver Incorporadora e Construtora S.A.
 Wilson Sons Limited

Consumo cíclico

Alpargatas S.A.
 Arezzo Indústria e Comércio S.A.
 B2w Companhia Digital
 Brasmotor S.A.
 Cambuci S.A.
 Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
 Cia. Hering
 Companhia de Locação das Américas
 Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas
 CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.
 Dufry Ag
 Estácio Participações S.A.

Gaec Educação S.A.
 Grazziotin S.A.
 Grendene S.A.
 Guararapes Confeções S.A.
 Hércules S.A. - Fábrica de Talheres
 Hotéis Othon S.A.
 IGB Eletrônica S.A.
 International Meal Company Alimentação S.A.
 Karsten S.A.
 Kroton Educacional S.A.
 Localiza Rent a Car S.A.
 Lojas Americanas S.A.
 Lojas Renner S.A.
 Maestro Locadora de Veículos S.A.
 Magazine Luiza S.A.
 Manufatura de Brinquedos Estrela S.A.
 Marisa Lojas S.A.
 Multiplus S.A.
 Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.
 Saraiva S.A. Livreiros Editores
 Ser Educacional S.A.
 Smiles S.A.
 Somos Educação S.A.
 Springs Global Participações S.A.
 T4f - Time For Fun Entretenimento S.A.
 Tec Toy S.A.
 Technos S.A.
 Têxtil Renauxview S.A.
 Unicasa Indústria de Móveis S.A.
 Via Varejo S.A.
 Vulcabras S.A.
 Whirlpool S.A.

Consumo não cíclico

Ambev S.A.
 Biommm S.A.
 Biosev S.A.
 Brasil Pharma S.A.
 BRF - Brasil Foods S.A.
 Cia. Brasileira de Distribuição - Grupo Pão de Açúcar
 Cosan Limited
 Cosan S.A. Indústria e Comércio
 Diagnósticos da América S.A.
 Dimed S.A. - Distribuidora de Medicamentos
 Fleury S.A.
 Forno de Minas Alimentos S.A.
 Hypermarcas S.A.
 Jbs S.A.
 M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos
 Marfrig Global Foods S.A.
 Minerva S.A.
 Minupar Participações S.A.
 Natura Cosméticos S.A.
 Nortec Química S.A.
 Odontoprev S.A.
 Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.
 Pomifrutas S.A.
 Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.
 Qualicorp S.A.
 Raia Drogasil S.A.
 São Martinho S.A.
 SLC Agrícola S.A.
 Tereos Internacional S.A.
 Vanguarda Agro S.A.
 Vigor Alimentos S.A.

Financeiro e outros

Aliansce Shopping Centers S.A.
 Banco Abc Brasil S.A.
 Banco Alfa de Investimento S.A.
 Banco Bradesco S.A.
 Banco da Amazônia S.A.
 Banco Daycoval S.A.
 Banco do Brasil S.A.
 Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul
 Banco do Nordeste do Brasil S.A.
 Banco Indusval S.A.

Banco Pan S.A.
 Banco Pine S.A.
 Banco Santander (Brasil) S.A.
 Banco Sofisa S.A.
 Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo
 Battistella Administração e Participações S.A.
 BB Seguridade Participações S.A.
 Bm&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
 Br Insurance Corretora de Seguros S.A.
 Br Malls Participações S.A.
 Br Properties S.A.
 Bradespar S.A.
 Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas
 BTG Pactual Participations Ltd.
 Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivados
 Cielo S.A.
 Cyrela Commercial Properties S.A. - CCP
 Financeira Alfa S.A.
 FPC Par Corretora de Seguros S.A.
 General Shopping Brasil S.A.
 GP Investments Ltd
 Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.
 Indústrias José Batista Duarte S.A.
 Itaú Unibanco Holding S.A.
 Itausa - Investimentos Itaú S.A.
 Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.
 Paraná Banco S.A.
 Porto Seguro S.A.
 São Carlos Empreendimentos e Participações S.A.
 Sonae Sierra Brasil S.A.
 Sul América S.A.
 Tarpon Investimentos S.A.
 Ultrapar Participações S.A.

Materiais básicos

Braskem S.A.
 Ccx Carvão da Colômbia S.A.
 Cia. de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
 Companhia Siderúrgica Nacional
 Duratex S.A.
 Eucatex S.A. Indústria e Comércio
 Fertilizantes Heringer S.A.
 Fibria Celulose S.A.
 Gerdau S.A.
 Klabin S.A.
 Magnesita Refratários S.A.
 Metalgráfica Iguazu S.A.
 Metalúrgica Gerdau S.A.
 Mmx Mineração e Metálicos S.A.
 Nutriplant Indústria e Comércio S.A.
 Paranapanema S.A.
 Suzano Papel e Celulose S.A.
 Unipar Carbocloro S.A.
 Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas
 Vale S.A.

Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Petro Rio S.A.
 Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
 Ogep Participações S.A.

Tecnologia da Informação

Brq Soluções em Informática S.A.
 Ideiasnet S.A.
 Linx S.A.
 Positivo Informática S.A.
 Quality Software S.A.
 Senior Solution S.A.
 Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
 Totvs S.A.

Telecomunicações

Oi S.A.
 Telefônica Brasil S.A.
 Tim Participações S.A.

Utilidade pública

AES Tietê Energia S.A.
 Alupar Investimentos S.A.
 Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc
 Cesp Companhia Energética de São Paulo
 Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp
 Companhia de Águas do Brasil - Cab Ambiental
 Companhia de Gás de São Paulo - Comgas
 Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa Mg
 Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar
 Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig
 Companhia Energética do Ceará
 Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - Ceee-D
 Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - Ceee-Gt
 Companhia Paranaense de Energia
 CPFL Energia S.A.
 CPFL Energias Renováveis S.A.
 CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
 Edp - Energias do Brasil S.A.
 Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
 Equatorial Energia S.A.
 Light S.A.
 Renova Energia S.A.
 Statkraft Energias Renováveis S.A.
 Tractebel Energia S.A.
 Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa



Fale com o nosso time

Rogério Vieira de Andrade**Sócio-líder**

Tel.: (11) 3940-3166

randrade@kpmg.com.br

Daniel B. Lopes Armesto**Sócio**

Tel.: (11) 3940-3227

dbarmesto@kpmg.com.br

Fabio Lopes Sant'Anna**Sócio-diretor**

Tel.: (11) 3940-3245

fsantanna@kpmg.com.br

Andrea Cecilia Steinberger**Gerente sênior**

Tel.: (11) 3940-8497

andreasteinberger@kpmg.com.br

Andressa Ricardo de Oliveira**Gerente sênior**

Tel.: (41) 3544-4718

aoguerreiro@kpmg.com.br

Mark David Cubell**Gerente sênior**

Tel.: (11) 3940-1882

mcubell@kpmg.com.br

Paulo Bekmessian Pinheiro**Gerente sênior**

Tel.: (11) 3940-6257

paulopinheiro@kpmg.com.br

Rosemeire Miyuki Kuboyama Kamimoto**Gerente**

Tel.: (11) 3940-3693

rkuboyama@kpmg.com.br

www.kpmg.com.br

[!\[\]\(3658f5ae3859ce221dc1a431aaa56449_img.jpg\)](#) [!\[\]\(5a20d88f7da7fccf3c7bee5ce742ee17_img.jpg\)](#) [!\[\]\(056c12b98dc2d80c741bbb937a38b9c4_img.jpg\)](#) [!\[\]\(d10187f35e78f109785c065ca11cb7fa_img.jpg\)](#) /kpmgbrasil

© 2016 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.

O nome KPMG e o logotipo são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.

Todas as informações apresentadas neste documento são de natureza genérica e não têm por finalidade abordar as circunstâncias de uma pessoa ou entidade específica. Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas, não há garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreenderem ações sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.